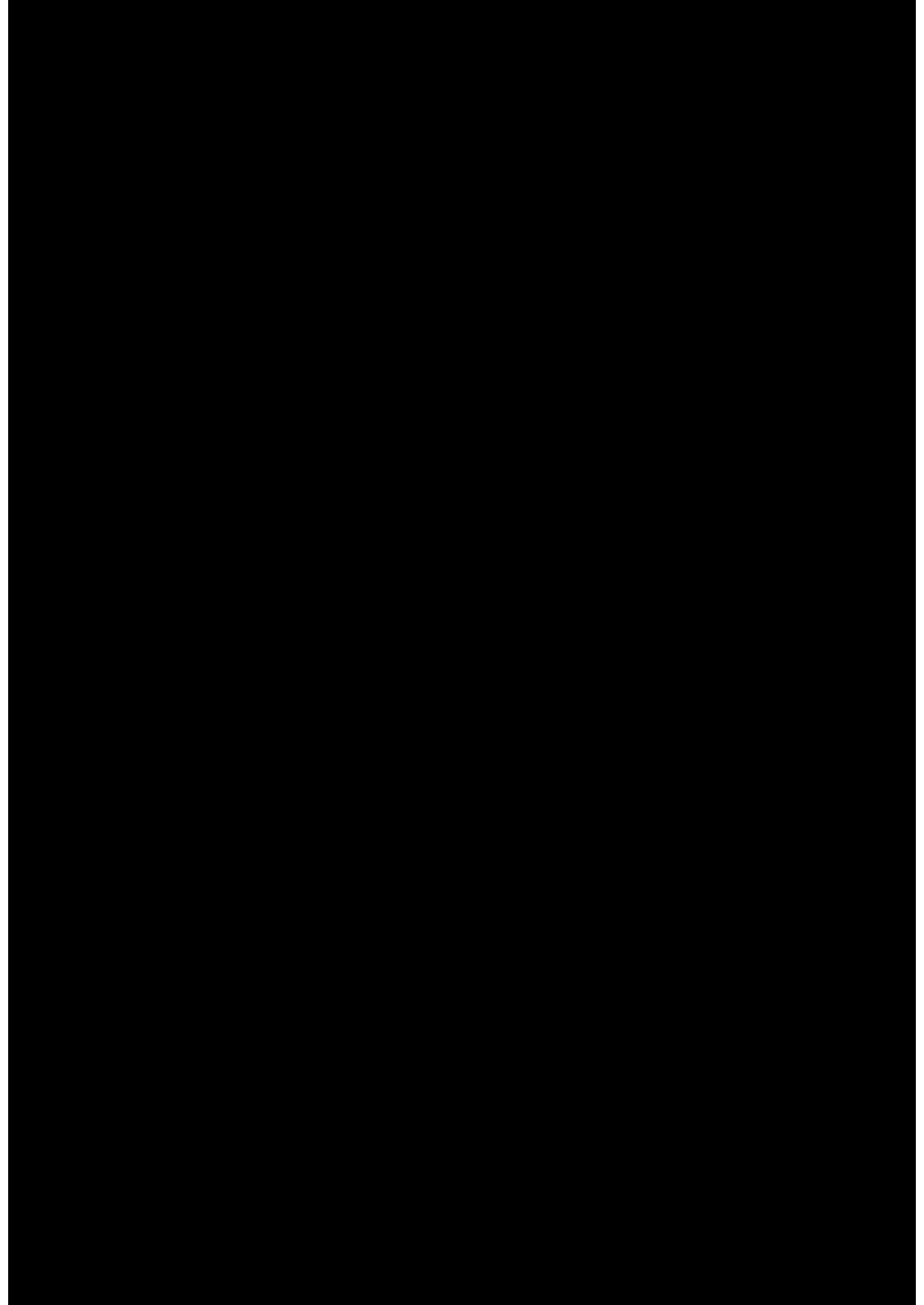


PARTE I

APONTAMENTOS
HISTÓRICOS E
METODOLÓGICOS



O que há de novo no urbano contemporâneo: oportunidades e ameaças¹

ROBERTO LUÍS MONTE-MÓR

Oportunidades e ameaças andam juntas, numa relação dialética, como no ideograma chinês que representa crise: justaposição de perigo e oportunidade; ou seja, um tempo de crise, como o que vivemos, traz ao mesmo tempo oportunidades e ameaças. Tempo de transformações, onde o velho se recusa a morrer, mas o novo pede para nascer. Crise do capitalismo, concentrando riquezas e aumentando a pobreza; crise ecológica, onde a humanidade ameaça a si mesma e ao planeta Terra; crise societária, onde retrocessos destroem valores e instituições paradigmáticas.

Uma questão importante que estamos vivendo agora vem sendo colocada de várias maneiras em debates internacionais: até que ponto estamos no momento de uma transformação da totalidade, ou seja, seria este um ponto de mutação? Estamos caminhando para uma nova dimensão da vida no planeta, para novos paradigmas, novas formas de organização social?

Henri Lefebvre, sempre uma referência, propõe uma classificação da história da humanidade em três fases: a fase que ele chama de Era Agrária; depois, a Era Industrial, essa que vivemos mais intensamente nos séculos XIX e XX; e finalmente, uma Era Urbana, que estaria começando. Com isso em mente, escreveu cerca de nove livros — “O Direito à Cidade”, “A Revolução Urbana”, “Do Rural ao Urbano” etc. — onde a proeminência do ‘urbano’² e a perspectiva da urbanização total da humanidade estão colocadas e propostas.

¹ Transcrição de palestra do professor Monte-Mór no V Fórum PPGDT (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), realizada em 15 de junho de 2020, na modalidade online, via YouTube. A transcrição foi feita por Allan Barbosa Moreira, mestrando do PPGDT/UFRRJ.

² O ‘urbano’ é aqui visto como um terceiro termo na dialética cidade-campo, distinto dos outros dois, mas englobando-os, deixando de ser o adjetivo da cidade para se tornar um substantivo.

Hoje, acho que a virtualidade da urbanização mundial é questão consensual, em que pesem diferentes abordagens e interpretações. Venho trabalhando com esse conceito da ‘urbanização extensiva’ há mais de 30 anos, em pesquisas na Amazônia desde a década de 1970; e também na região rural de Minas Gerais, particularmente no Norte de Minas, onde trabalho com grupos indígenas há mais de 15 anos. Fui criado em Vassouras com intensa convivência rural, além da vida urbana nas metrópoles do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

A perspectiva que chamei, muitos anos atrás, de ‘urbanização extensiva’ surgiu da necessidade de entender o processo de ocupação da fronteira amazônica nas décadas de 1970 e 1980, o qual se dava, na verdade, em bases urbanas e industriais.

A partir disso, hoje – antigamente era de difícil compreensão – podemos entender que os “camponeses” que estavam sendo levados para aquela região eram na verdade também urbanitas, tinham uma demanda de centralidade urbana muito forte, de serviços e modos de vida urbanos. Identificavam-se muito com a cidade, apesar de se identificarem também com o campo. Todos queriam terra agrícola na fronteira amazônica, mas todos queriam manter também uma base urbana na cidade.

Esse universo urbano-rural, de relação dialética campo-cidade, se transformou muito nesses últimos 30-40 anos, com as novas tecnologias. Atualmente, fala-se de uma urbanização planetária e vários autores vêm tratando disso em países diversos, explorando o caráter extensivo da urbanização contemporânea em suas manifestações variadas.

Acho que podemos sintetizar dizendo que a urbanização hoje tem duas características principais: a ‘urbanização concentrada’ em metrópoles e em grandes, médias e pequenas cidades, e uma ‘urbanização extensiva’, que se estende primeiro pelas periferias metropolitanas, mas também por todo o espaço rural, florestas, desertos, (quase) todo o espaço social. Dessa forma, podemos dizer que o espaço social é virtualmente urbanizado, no sentido de estar minimamente equipado em termos urbano-industriais; e, assim, integrado ao tecido urbano-industrial, algo próximo do que Milton Santos chamou de “meio técnico-científico e informacional”, que caracteriza nossos espaços de vida a partir da segunda metade do século XX.

O processo de extensão da urbanização tem um sentido duplo. De um lado, equipa o campo com infraestruturas, serviços e tecnologias urbanas, em várias formas espaciais e relações sociais que levam consigo a dominação urbano-industrial (capitalista) sobre territórios, muitas vezes destruindo as bases

socioculturais locais; de outro, articula e difunde o conhecimento, potencializa a organização social, e traz consigo a politização do espaço de vida. Esse processo de politização do espaço, que Lefebvre diz começar nas cidades nos anos 1960, a referida “revolução urbana”, implica o surgimento de uma ‘práxis urbana’ que cada vez coloca mais limites à lógica produtivista industrial, um processo de politização que vemos surgir com força a partir das metrópoles, mas se estende por todo o território com a urbanização extensiva.

Quando se estende infraestrutura, comunicações, legislação, serviços de educação, saúde e segurança, entre outros, a todo o território e não mais apenas às cidades, o processo de produção do espaço próprio da pólis, da *civitas*, estende também os sentidos da política e da cidadania, que ganham assim uma dimensão nacional, para muito além dos limites das cidades.

Na verdade, esse processo de politização, no caso do Brasil, refletiu-se claramente em como na década de 1970 e no início de 1980 chamava-se de ‘movimentos sociais urbanos’ os movimentos sociopolíticos que estavam surgindo nas cidades. Esse adjetivo caiu, e hoje chamamos apenas de ‘movimentos sociais’, porque já na época da Constituinte, ao final dos anos 1980, Ailton Krenak e outros estavam à frente da União dos Povos Indígenas e da Aliança dos Povos da Floresta; Chico Mendes liderava o Conselho Nacional dos Seringueiros; as Quebradeiras de Coco-Babaçu estavam organizadas, assim como os atingidos por barragens, os sem-terra, enfim, todo o espaço nacional já estava (potencialmente) politizado e o sentido de cidadania havia chegado às florestas, ao campo, a toda parte. A Constituição de 1988, ao universalizar direitos e serviços, como o Sistema Único de Saúde (SUS), ampliou e deu maior sentido ao processo político que se estendia pelo país.

Tudo isso tem um grande impacto porque traz a questão da vida cotidiana, muito cara também a Lefebvre, para o centro das preocupações, coloca o espaço de vida dentro, ou até mesmo no centro, das preocupações. A centralidade do espaço de vida, *pari passu* com as preocupações ambientais, expressam as preocupações com a qualidade de vida e começam a questionar a lógica do capitalismo industrial, a lógica produtivista, assim como a própria lógica da acumulação.

Temos visto muitos desses embates entre nós. Como é que eles se dão? Evidentemente, essa extensão do tecido urbano não se dá de uma maneira amorfa, mas sim a partir de um conjunto variado de centralidades urbanas, e sua multiplicidade com funções diferenciadas. É importante frisar esse ponto, a importância das centralidades urbanas, proto-urbanas, pseudo-urbanas, urbano-rurais, enfim, essas várias formas que o ‘urbano’ assume, mas que se

expressam principalmente nas centralidades, uma marca contemporânea. Esse fortalecimento relativo das comunidades locais está relacionado também com todo o processo de globalização e extensão da urbanização pelo mundo afora.

O segundo ponto, e aí chegamos um pouco além da perspectiva da revolução urbana e da extensão urbana de Lefebvre, é a ideia de que o paradigma urbano-industrial vem desnudando suas falácias e seus descaminhos e se esgotando de uma maneira muito forte. Tanto na dimensão do capitalismo, hoje controlado pelo capital financeiro, quanto também no que nos interessa mais diretamente, a dimensão do que Lefebvre coloca como sendo a passagem da era urbana para a era industrial, ou seja, um deslocamento do centro das preocupações com a produção em direção a uma preocupação central com a reprodução coletiva.

Então é nesse sentido que os espaços de vida, a vida cotidiana, as comunidades locais ganham importância, indicando o nascedouro do que Lefebvre aponta como sendo a emergência de uma era urbana que se contrapõe à industrial.

Assim como o pós-modernismo não nega de fato o modernismo, mas se constrói a partir de, para além de, e em cima do modernismo, esse urbano só é possível por causa do industrial. Desse modo, a extensão do tecido urbano-industrial, se de um lado permite essa articulação sociocultural, permite a mobilização política, e promove uma série de avanços na qualidade da vida cotidiana, por outro é também o veículo através do qual penetram e se enraízam os instrumentos de dominação, do Estado ou do capital, que se estendem pelo território como um todo.

Em outras palavras, a urbanização extensiva é, em princípio, a extensão das relações sociais de produção capitalistas por todo o território, escapando apenas algumas ilhas de ruralidade, territórios ainda não penetrados pelo tecido urbano-industrial. Em todos os casos, todavia, encontra resistências de grupos culturalmente organizados e resiliências várias de outros modos de integração social e econômica.

Essa contradição interna ao tecido urbano-industrial, seja como instrumento de dominação (colonização?) industrial, seja reforçando seu sentido urbano, espaço próprio da reprodução coletiva, encontra um aliado forte no final do século XX: a questão ambiental. Quero dizer, uma crise ambiental que cria um novo paradigma, uma nova forma de (re)pensar as relações da sociedade com a natureza.

Estamos chegando ao ponto onde aprendemos com povos tradicionais, os povos indígenas, os povos originários, que se sentem de fato parte da natureza. Intelectuais brasileiros e estrangeiros estão discutindo a questão, construindo

diálogos com esses povos indígenas, com outras cosmologias, deixando muito claro que nós não podemos mais adotar os pressupostos do iluminismo ocidental, iniciado nos séculos passados, onde a natureza é algo a ser dominado, subordinado ao antropocentrismo, à lógica pura do homem.

Estava vendo recentemente que a Nova Zelândia avançou no assunto, estabelecendo direitos dos não humanos de uma forma ampla, uma proposta de vanguarda que certamente indica para onde estamos indo, uma das tendências contemporâneas³.

Tenho pensado e discutido, já há algum tempo, com base nos estudos principalmente da Amazônia e dos povos indígenas, e particularmente dos índios Xacriabá, do Norte de Minas. Escrevi anos atrás que a essa urbanização extensiva corresponderia necessária e dialeticamente uma naturalização extensiva, o que significaria, talvez, uma mudança do paradigma urbano-industrial para o paradigma urbano-natural. De fato, estamos fazendo uma crítica do industrial, esse industrial que homogeneiza e impede a manifestação das diversidades, e buscamos uma organização urbana centrada na vida coletiva como um instrumento central de mediação e de colocação de limites à própria lógica da produção industrial. Pode-se pensar que estamos trazendo uma dimensão urbano-natural, um urbano que se encontra com a natureza, que busca novas relações homem-natureza, onde a crise do paradigma industrial e a crise ambiental se juntam para redefinir um novo paradigma muito mais próximo das ideias de utopia urbana, que já foram pensadas anos atrás. As utopias urbanas sempre tiveram um namoro estreito com a natureza, com o espaço natural, do parque barroco às cidades-jardins; mas, diante da lógica produtivista e de controle hegemônico do capital, foram por água abaixo.

Como se pode (re)trabalhar isso? Evidentemente, há um conjunto de ações sendo feitas, mas quero mencionar, *en passant*, uma que coordenei durante o processo de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte, de 2009 a 2019. Elaboramos, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) — envolvendo mais de 200 pessoas, entre professores, alunos de pós-graduação e de graduação —, o Plano Metropolitano (2009-2011); depois, o Macrozoneamento Metropolitano (2013-2015) e, na última etapa, a revisão dos Planos Diretores de 11 municípios (2016-2019).

³ O Rio Whanganui, o terceiro mais longo da Oceania e venerado pelos maoris, passou a ter personalidade jurídica, com direitos e deveres correspondentes. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/nova-zelandia-concede-personalidade-juridica-a-rio-venerado-por-maoris.ghtml>. Acesso em: 07 dez. 2020.

Nesse longo processo de planejamento metropolitano, muitas novas questões foram trazidas, de várias formas, relativas à mobilização da população, à politização do espaço, à transformação do espaço de vida de elemento secundário a elemento central da vida urbana, à valorização da agricultura, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, à mobilização das comunidades organizadas ao máximo possível dentro dos limites de um processo de planejamento, no Brasil.

Colocávamos como objetivo final do plano contribuir para construir a cidadania metropolitana e mobilizar a população, transformando-a de objeto em sujeito do planejamento. Para isso, criamos mecanismos, alguns operando até hoje, que foram trazidos para os cursos universitários de forma permanente, na Faculdade de Economia e na Escola de Arquitetura da UFMG. Trata-se do Programa dos LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana, que visa manter essas discussões junto às comunidades, fazendo trabalho comunitário com as organizações locais, tanto na área ambiental quanto na área das economias populares e solidárias⁴.

No Macrozoneamento Metropolitano importamos da França, após visitas à região Norte do país (Hauts-de-France; à época Nord Pas-de-Calais), mais especificamente das experiências da Bassin Minier (área degradada de mineração de carvão mineral⁵) e da região metropolitana de Lille, uma proposta socioambiental de caráter regional-metropolitano: a Trama Verde-Azul (TVA). Aquela bacia minerária, em recuperação através de várias ações e políticas públicas, tem entre elas o projeto da trama verde-azul, que começou como trama verde, em uma tentativa de resgate da vegetação para trabalhar as áreas degradadas da mineração que caracterizava a região, e depois incorporou a recuperação de rios e canais, e virou uma trama verde-azul, que acabou sendo adotada pelo governo francês e aplicada em quase toda a França.

Começamos com uma proposta de zoneamento específico para essa trama verde-azul, mas o desdobramento foi muito interessante porque, no processo de participação política e mobilização social da população organizada, através

⁴ Cabe enfatizar que, em que pese o esforço dos professores e alunos, essas iniciativas são ainda de impacto muito pequeno face à problemática complexa e à alienação na vida cotidiana urbano-rural, em particular nas periferias metropolitanas onde esses esforços se concentram, mas podem apontar para outros rumos do planejamento urbano e metropolitano e para ações de ensino e extensão universitária (além da pesquisa acadêmica).

⁵ Famoso romance histórico de Émile Zola, “Germinal” (1885), mais tarde um filme francês (1993), descreve em cores fortes as condições de degradação humana e ambiental naquela região.

de um conjunto de oficinas e seminários que fizemos com a população, a trama foi ganhando uma visibilidade imensa. Sempre ressalto e chamo atenção para o fato de que as organizações ambientais são muito ativas, e os movimentos mais presentes nesses encontros e audiências públicas são aqueles em torno da moradia e do meio ambiente (novamente, questões ligadas à qualidade de vida e às condições de reprodução coletiva). Então, a população participante, particularmente aquela ligada à questão ambiental, se encantou com a proposta da trama verde-azul, que foi assim ganhando uma dimensão muito mais ampla no processo de planejamento metropolitano e na própria definição do que seria a abrangência dessa TVA.

Acabamos por ter uma proposta no Macrozoneamento de Reestruturação da Região Metropolitana a partir do Eixo da Sustentabilidade⁶, tendo a Trama Verde-Azul como um elemento central de reestruturação metropolitana. Ademais, a TVA passou a incorporar, para além da proposta francesa, a dimensão cultural e social, e uma dimensão da convivência humana e dos espaços de encontro, buscando valorizar a vida urbana coletiva.

Tivemos uma oportunidade muito interessante, pois, na etapa seguinte de revisão dos planos diretores de 11 municipalidades metropolitanas, pudemos trazer a TVA para o território, colocar de fato ‘a trama no chão’, com contornos e limites claros. Esses 11 municípios têm, hoje, um mapa (e zoneamento) da trama verde-azul que envolve um conjunto de zonas (proteção, agroecologia, uso rural, percursos urbano-rurais), vias, espaços, e um mapa específico.

Qual é o resultado disso? É alguma coisa sobre a qual não temos controle no planejamento metropolitano e urbano, não é como o arquiteto que desenha e vê o projeto proposto ser feito ou construído como pensou. Nesse caso, não, é um conjunto de forças sociais, vamos atuando dentro do possível. Temos, através das disciplinas dos LUMEs, trabalhado em alguns municípios com essa ideia da TVA, reconstruindo a trama, criando parques, fazendo articulações das diversas áreas, mas é um processo de longo prazo.

Outra dimensão importante, e para a qual não se pode deixar de chamar atenção, é que tudo isso é mais ou menos incompatível com o predomínio e a hegemonia absoluta do capitalismo. A lógica do capitalismo é outra, privilegia a propriedade privada e a apropriação individual das riquezas que poderiam ser

⁶ As propostas do Plano Metropolitano (PDDI-RMBH) foram organizadas, além das dimensões territorial e institucional, em quatro grandes eixos estruturadores: acessibilidade; seguridade; sustentabilidade; e urbanidade. Disponível em: www.rmbh.org.br. Acesso em: 30 nov. 2020.

comuns, de uso e apropriação coletivos. Vários autores já deixaram isso claro, vou chamar atenção aqui para Karl Polanyi⁷, que fala da desterritorialização das riquezas pela abstração do capital, da natureza e do próprio trabalho. Na abstração do capitalismo, as pessoas se tornam força de trabalho, a natureza se torna recursos naturais e as riquezas, capital, em um processo de desenraizamento socioambiental.

A outra coisa que temos visto, na lógica otimista ou promissora de algum caráter utópico, é o fortalecimento dessas outras economias que chamamos por vezes de alternativas. Economias que sempre existiram em toda parte, mas, no caso de países subdesenvolvidos, atuam mais significativamente ainda. Economias centradas na solidariedade, nas relações de domesticidade, na redistribuição e em mercados de troca não capitalistas, típicos, com suas feiras de compra e venda e troca de produtos, e não mercadorias⁸.

O que estamos vendo é o ressurgir, de maneira extremamente significativa, de toda uma discussão dos comuns como espécie de antídoto ao neoliberalismo, uma rediscussão da dimensão dos comuns e a negação da sua maledicência, como na ‘tragédia dos comuns’, de Garrett Hardin. Pelo contrário, começamos a ver as coisas como uma revisão da própria interpretação darwiniana de que não é o mais forte que sobrevive, mas sim o mais solidário, o mais adaptativo, o mais resiliente. Enfim, todo um novo pensamento que valoriza, resgata e fortalece essas outras formas de integração econômica e social que não são baseadas no capital, mas se articulam também com o capital.

Vimos trabalhando há algum tempo, tanto na Economia como na Arquitetura, na Universidade Federal de Minas Gerais, com economias populares e solidárias, bancos comunitários e moedas sociais (hoje temos cerca de duzentas ‘outras’ moedas no Brasil), e a tendência é isso se fortalecer e crescer cada vez mais, porque cria benefícios, facilidades e identidades locais; por outro lado, muitas dessas moedas estão virando moedas digitais (e-dinheiro), o que modifica seu sentido de territorialidade. Há, portanto, uma nova dinâmica, um processo em curso que cria alternativas não capitalistas, mas que trazem uma grande discussão sobre qual é o grau de alternativa que significam. Quais são suas implicações?

⁷ O seminal livro “A Grande Transformação: as origens de nossa época”, de Karl Polanyi, foi originalmente escrito em 1944, durante a II Guerra Mundial, e traduzido para o português por Fanny Wrabel em 2000.

⁸ Estou opondo o ‘produto’, fruto do trabalho que controla os meios de produção, à ‘mercadoria’, produzida alienadamente para o mercado sob controle do capital.

São pura e simplesmente econômicas, no sentido tradicional de acúmulo de riqueza? Ou há outras dimensões? De fortalecimento de identidades, laços de solidariedade, resgate de autonomia, enfim, toda uma dinâmica que tem uma lógica diferente da tradicional centro-periferia na qual fomos criados?

Já começávamos a ver, lá no final dos anos 1980-1990, que o modelo clássico de cidade e sua periferia estava se transformando de forma muito significativa, e há vários estudiosos no mundo discutindo a importância dessa nova urbanização; a questão da suburbanização e da urbanização extensiva; as modificações das relações centro-periferia, na qual a periferia começa a ter, cada vez mais, uma contribuição expressiva, mais significativa para as definições de políticas, para a inventividade social e para o surgimento de novas alternativas.

Portanto, há aí um processo que parece ser de relativa autonomização, que tem um lado muito positivo, mas tem um lado ameaçador. Estou levantando essas questões agora um pouco para debate, não temos ainda condições de análise muito profundas com relação a isso. Mas não há dúvida de que essa crise que estamos vivendo — não apenas a pandemia, a crise sanitária de saúde, mas a econômica, que já existe e vai aumentar; a crise política no mundo todo, e no Brasil de uma maneira dramática, terrível — contribui para um processo de polarização muito grande.

Se estamos vendo a problemática que as grandes aglomerações urbano-industriais geraram, uma certa tendência à autonomização a partir da multiplicidade de centralidades urbanas que se formaram nesse processo de extensão urbana como um todo, não apenas nas regiões metropolitanas, mas na floresta amazônica, no cerrado mineiro, e em toda parte, de certa forma vemos isso, então há um processo, que já foi descrito por vários autores como sendo de exopolitização, de crescimento para fora da pólis, de extensão da pólis.

Outro processo que me parece muito dramático é o processo de fractalização. Porque não são mais fragmentos apenas, são fractais, no sentido de pequenas partículas, pequenas e várias, no caso das centralidades, que trazem em si um sentido de totalidade, um pouco da perspectiva da própria cidade.

Assim, temos as *cybercities*, as cidades cibernéticas, que estão sendo criadas por aí fora, as cidades inteligentes, com as suas muitas variações, mas temos também as comunidades tradicionais, que estão se fortalecendo, em termos do que chamaríamos hoje de urbano. Entendemos o urbano como uma espécie de terceiro termo da dicotomia campo-cidade: existe o campo, existe a cidade, e existe o urbano, essa coisa ampla e híbrida, que inclui o campo e a cidade, mas é distinto dos dois, como se fosse um terceiro termo na dialética da tríade.

A fractalização permitida pelas tecnologias contemporâneas, e facilitada pelo deslocamento da ênfase na produção industrial para o setor de serviços, na reprodução coletiva e na qualidade de vida, enfim, já traria um processo um pouco similar — com todo cuidado com essa comparação — aos processos de desurbanização que observamos ao final de outros períodos imperiais, historicamente falando. Só que, hoje, temos o mundo digital, que nos permite o que estamos fazendo aqui, reuniões e comunicações virtuais pela internet.

Teríamos, virtualmente, fractais articulados em rede digital, com as várias articulações possíveis: os índios Xakriabás interagindo com os seus parentes Xavantes, Xikrin, e com os índios japoneses e canadenses, entre outros. Eventualmente, em encontros presenciais, mandando gente para aprender coisas. São processos que nós estamos vendo acontecer, estamos assistindo à expansão e ao fortalecimento desses ‘outros’ povos, quer dizer, os índios, que eram 200 e poucos mil (que sobraram do genocídio) no Censo de 1991, e hoje são cerca de um milhão (subcontabilizados); e cada vez mais populações tradicionais (ribeirinhos, caboclos, etc.) estão se identificando como índios, ou estão reconhecendo sua herança indígena e africana.

Agora, entre uma cidade cibernética e uma aldeia indígena, um quilombo, ou uma comunidade tradicional do Norte de Minas, está um universo extremamente distinto, como o existente entre o condomínio no Morumbi ou na Barra da Tijuca e uma favela. Essa fractalização, portanto, pode ser acompanhada da grande ameaça de formação de guetos, e aí, de certa forma, construir uma negação da urbano-utopia, do urbano como espaço de encontro, do espaço da vida coletiva.

Como é que a economia se articula com isso? A dinâmica do capital financia algum desses espaços e não financia outros. O que deixa a possibilidade de as economias se articularem para produzir espaços que não interessam ao capital. A força e a dinâmica dessas outras economias são fundamentais para o desenrolar da história. Evidentemente, há também articulações interclasses muito significativas, toda uma massa de gente que consome produtos orgânicos está preocupada com agricultura urbana, agroecologia — tem uma articulação direta com o MST (Movimento Sem Terra) através do consumo nos seus armazéns —, comunidades tradicionais, comunidades agrícolas, a pessoa que produz o mel, ou o outro que produz granola, lá não sei bem onde.

No Brasil ainda temos — não só no Brasil, está acontecendo no mundo todo — esses universos muito presentes, mas tanto as oportunidades quanto as ameaças, por causa da segmentação e segregação estrutural históricas, são muito mais fortes.

Acho que temos que pensar nisso com mais intensidade e pesquisar muito mais para tentarmos entender como essas questões se articulam. Como elas aparecem. Quais são as oportunidades que estão colocadas e quais são as ameaças? Numa perspectiva otimista, creio que o sentido dominante é o da transformação, a superação da hegemonia capitalista, ainda que longa e lenta, com muitos conflitos à frente.

Voltando para a questão metropolitana, com a qual ando muito envolvido nos últimos dez anos, direta e indiretamente: na região metropolitana de Belo Horizonte há muitos quilombos, grupos indígenas que não existiam até recentemente, grande quantidade de municípios e regiões geográficas muito distintas, e descobrimos, nesse processo de planejamento, que, se do ponto de vista econômico tradicional a agricultura pesa muito pouco, no Ceasa cerca de 100% das hortaliças comercializadas são produzidas na região metropolitana, assim como 96% das bananas e 95% dos cítricos.

Do ponto de vista do emprego, e da identidade das populações no território metropolitano, tais atividades são fundamentais, mas nunca tiveram qualquer importância no planejamento. Só agora, com o Plano Metropolitano, conseguimos trazer essas questões para a frente das atenções. Do ponto de vista da economia, entendida de forma mais ampla e abrangente, considero que isso tenha um impacto no que está acontecendo hoje com alguma intensidade, fortalecendo a ‘economia da pequena produção’⁹.

Sou um arquiteto e urbanista que dá aulas na Economia, estou dentro do Departamento de Economia da UFMG há quarenta anos, para ser exato. E o que vemos é na verdade um deslocamento da economia, um questionamento do seu próprio sentido. Fico brincando com os economistas, meus colegas de departamento, que a economia vai acabar virando ‘oekonomia’, a ‘nomia do oikós’ (oikós-nomos), quero dizer, a gestão da casa e do espaço de vida; voltar a Aristóteles, a todo esse pensamento totalizante, e não apenas à crematística, à formação dos preços no mercado, ou à gestão da riqueza. Aristóteles propõe um sentido da economia como o ‘oikós-nomos’, como a gestão do espaço de vida, que necessariamente — se o que eu falei antes faz sentido — demanda esse tipo de abordagem, a partir da própria economia.

Então, se de um lado temos uma necessidade crescente de entender a dinâmica do capital e urbana no território, de outro há que se repensar a articulação

⁹ Uma das 28 políticas metropolitanas definidas no PDDI/RMBH é a Economia da Pequena Produção, com diversos programas e projetos.

na economia desses outros modos de integração econômica — a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o ‘mercado de trocas’ — que sempre estiveram presentes e eram invisibilizados, considerados fora da economia, como questões (apenas) sociais, mas que podem abrir uma série de outras oportunidades que não são estanques, dado que a articulação entre o *cyber* e o tradicional é desejável e extremamente possível, há diversos exemplos acontecendo.

Por fim, parece que um dos grandes desafios para esse mundo urbanizado, totalizante, que estamos vendo hoje, onde temos cada vez mais que aprender com as populações tradicionais, inclui o ‘novo campesinato’, os camponeses redefinidos de forma abrangente, não mais aqueles isolados, mas organizados em comunidades, que incluem as populações tradicionais e se articulam com as centralidades urbanas de forma crescente, incorporando tecnologias, inventando (e resgatando) modos de organização social que apontam para o que chamei de ‘utopias urbano-camponesas’. Há muita gente no Brasil estudando a natureza desse novo campesinato, essas formas de organização coletiva para produção e reprodução coletiva, principalmente, mas que demandam a compreensão de um sentido de urbanização amplo e articulado.